



Câmara Municipal de Guanhões

ESTADO DE MINAS GERAIS

A Comissão de:

Legislação, Justiça e Redação
Sala das Sessões 19/05/03

PROJETO DE LEI Nº 18 /2003

A Comissão de:

Finanças, Orçamento e
Tomada de Contas

Sala das Sessões 19/05/03

O Município de Guanhões, Institui a chamada “meia entrada” para estudantes em locais que Menciona e dá Outras Providências.

A Câmara Municipal de Guanhões, Estado de Minas Gerais, aprova e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica assegurado aos estudantes regularmente matriculados em estabelecimentos de ensino de 1º, 2º e 3º graus, que portarem carteira autenticada pelo respectivo estabelecimento de ensino e comprove a condição de estudante, o pagamento de meia entrada (50 por cento) do valor efetivamente cobrado para o ingresso em casas de diversão, de espetáculos teatrais, musicais e circenses, em áreas de exibição cinematográfica, em praças esportivas e similares das áreas de esportes em geral, cultura e lazer do Município de Guanhões.

§1º - Para efeito do disposto desta Lei, considera-se casas de diversões de qualquer natureza, os locais que por suas atividades propiciam lazer e entretenimento de qualquer gênero.

§. 2º - Serão beneficiados por esta lei os estudantes devidamente matriculados em estabelecimentos de ensino público ou particular devidamente autorizados pelos Órgãos competentes.

Art. 2º - Para usufruir do benefício que se refere o Artigo 1º desta Lei, o estudante deverá provar a condição no artigo anterior, através de carteira autenticada pelo respectivo estabelecimento de ensino, dentro do prazo de validade.

Art. 3º - Caberá ao Município, através da secretaria municipal de educação, autuar os estabelecimentos que infringirem esta Lei, aplicando-lhes as sanções administrativas e legais cabíveis.



Câmara Municipal de Guanhães

ESTADO DE MINAS GERAIS

§ 1º - Em caso de descumprimento dos preceitos desta lei, será devida multa de 50 UFM por ocorrência, com agravante de 100% (cem por cento) em caso de reincidência, garantidos o contraditório e o devido processo legal.

§ 2º - Serão solidariamente responsáveis pelo pagamento da sanção ora definida, os produtores do evento e seus congêneres.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revoga-se as disposições em contrário.

Sala das sessões, 05 maio de 2003.

Maria Helena Godinho Palhares
Vereadora PMDB

Aprovado em 19 e 20 discussão
Sala das sessões 16/06/2003

[Assinatura]
PRESIDENTE

PARECER DA COMISSÃO DE

Finanças, U. J. Contos

Após analisarmos o Projeto de Lei nº 018/2003
SOMOS FAVORÁVEIS à sua APROVAÇÃO e nesta data o devol-
vemos à MESA DIRETORA para as considerações finais.
Sala das Sessões da Câmara Municipal de Guanhães
aos 16 de junho de 2003

[Assinatura]
PRESIDENTE

[Assinatura]
MEMBRO EFETIVO

[Assinatura]
MEMBRO EFETIVO

A SANÇÃO

Sala das sessões 17/06/03

[Assinatura]
PRESIDENTE



PARECER DA COMISSÃO DE

Legislação, Justiça e Resolução

Após analisarmos o Projeto de Lei nº 018/2003
SOMOS FAVORÁVEIS à sua APROVAÇÃO e nesta data o devol-
vemos à MESA DIRETORA para as considerações finais.
Sala das Sessões da Câmara Municipal de Guanhães
aos 16 de junho de 2003

[Assinatura]
PRESIDENTE

[Assinatura]
MEMBRO EFETIVO

[Assinatura]
MEMBRO EFETIVO



Câmara Municipal de Guanhães

ESTADO DE MINAS GERAIS

JUSTIFICATIVA

Conforme é de conhecimento público, mesmo porque trata-se de um direito constitucionalmente garantido, a cultura é um dever do Estado e um direito dos cidadãos, devendo os órgãos públicos atuarem para garantir esta prerrogativa.

Neste sentido, foram contemplados por lei Federal e Estadual, a garantia de garantir aos estudantes, cuja formação está sob responsabilidade do Estado de forma geral, o acesso facilitado à cultura em termos gerais e abrangentes em todas as suas muitas faces de aplicação no âmbito do conhecimento humano.

Neste sentido, ao propor o presente projeto de lei, o município de Guanhães dá um grande e irrevogável passo no sentido de garantir aos seus cidadãos o acesso facilitado aos mais variados espetáculos culturais realizados em nosso município, inclusive de caráter itinerantes, tais como circos, shows e feiras.

Ao regular em nível municipal o direito à meia entrada em espetáculos culturais, o povo de Guanhães é contemplado com uma legislação que lhe garante o efetivo exercício de uma prerrogativa constitucional prevista em cláusula pétrea de nossa constituição.

Posto isso, e ciente de que esta casa de leis pretende é a real garantia das normas legais e constitucionais, bem como o engrandecimento cultural de nossa infante e adolescente população, pedimos aos pares desta casa de leis, a apreciação, e correta aprovação do projeto de lei ora apresentado.

Maria Helena Godinho Palhares
Vereadora